

Casa do Povo de St. António das Areias
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500999015
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1.454.990,82	1.510.382,09
Bens do património histórico e artístico e cultural		626.194,77	626.194,77
Ativos intangíveis		711,30	711,30
Investimentos financeiros		3.129,19	2.134,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2.085.026,08	2.139.422,35
Activo corrente			
Inventários		1.734,08	2.997,01
Créditos a receber		83.950,61	85.042,58
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		13.379,00	14.168,00
Diferimentos		14.590,70	14.442,08
Caixa e depósitos bancários		2.566,68	15.438,12
		116.221,07	132.087,79
Total do ativo		2.201.247,15	2.271.510,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		422.437,95	422.437,95
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		105.616,15	77.085,98
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1.208.070,89	1.244.028,88
		1.736.124,99	1.743.552,81
Resultado líquido		4.618,41	28.530,17
Total dos fundos patrimoniais		1.740.743,40	1.772.082,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		42.719,02	57.295,00
Estado e outros entes públicos		8.209,96	14.320,75
Resultados disponíveis		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		347.899,36	392.955,66
Outros passivos correntes		61.675,41	34.855,75
		460.503,75	499.427,16
Total do passivo		460.503,75	499.427,16
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.201.247,15	2.271.510,14



O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

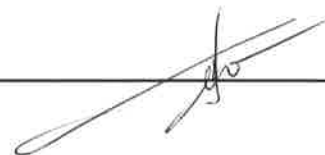
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		339.240,32	341.693,15
Subsídios, doações e legados à exploração		250.994,46	269.783,11
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		75.663,14	84.807,91
Fornecimentos e serviços externos		160.071,61	167.542,13
Gastos com o pessoal		338.483,01	311.690,42
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		81.631,50	84.441,88
Outros gastos		16.914,11	14.742,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		80.734,41	117.135,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		59.044,37	69.193,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		21.690,04	47.941,71
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		17.071,63	19.411,54
Resultados antes de impostos		4.618,41	28.530,17
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		4.618,41	28.530,17

Cristina xxx

Orlando xxx



Casa do Povo de St. António das Areias

Anexo

31 de dezembro de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	11
5	Ativos Fixos Tangíveis	11
6	Ativos Intangíveis	13
7	Locações.....	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	14
9	Inventários	14
10	Rédito.....	14
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	15
12	Imposto sobre o Rendimento	15
13	Benefícios dos empregados	15
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
15	Outras Informações	15
15.1	Investimentos Financeiros	16
15.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
15.3	Clientes e Utentes.....	16
15.4	Outras contas a receber.....	16
15.5	Diferimentos	16
15.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
15.7	Fundos Patrimoniais	17
15.8	Fornecedores	17
15.9	Estado e Outros Entes Públicos	17
15.10	Outras Contas a Pagar.....	17
15.11	Subsídios, doações e legados à exploração	18
15.12	Fornecimentos e serviços externos	18
15.13	Outros rendimentos.....	18
15.14	Outros gastos	18
15.15	Resultados Financeiros	19
15.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	19

1 Identificação da Entidade

A "Casa do Povo de St. António das Areias" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "" com estatutos publicados no Diário da República n.º , Série II, com sede em Avenida 25 de Abril Nº 19, em Santo António das Areias, tem como finalidade a satisfação das necessidades básicas da população do concelho em geral, e dos seus associados e utentes, em particular.

Beirão
Oliveira
Lob

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Barstina
Orlando
Costa

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS	499.405,45
Outros Ajustamentos (Subsídios ao investimento)	373.439,66
Total de Ajustamentos	373.439,66
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	872.845,11

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS	-6.496,24
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	-6.496,24

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação


As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



Existência
Omissão
Força

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

Erasmus

Othamilo
Cordeiro

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

*Ernestina
Olamilo
Lopez*

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	6

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 40
Equipamento básico	8 a 16
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Activos fixos tangíveis	4 a 16

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados pelo custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

As dívidas registadas em “Clientes” e “Outras contas a receber” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos TangíveisBens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	626.194,77					626.194,77
Total	626.194,77	0,00	0,00	0,00	0,00	626.194,77

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	626.194,77					626.194,77
Total	626.194,77	0,00	0,00	0,00	0,00	626.194,77

Existência
Ofício
Cor

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Edifícios e outras construções	1.715.248,03					1.715.248,03
Equipamento básico	194.609,13					194.609,13
Equipamento de transporte	60.818,56					60.818,56
Equipamento administrativo	30.253,51	602,70				30.856,21
Outros Ativos fixos tangíveis	18.181,39	1.303,80				19.485,19
Total	2.019.110,62	1.906,50	0,00	0,00	0,00	2.021.017,12
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	269.284,05	52.627,84				321.911,89
Equipamento básico	80.581,98	10.204,20				90.786,18
Equipamento de transporte	58.892,77	1.925,79				60.818,56
Equipamento administrativo	22.743,07	2.424,11				25.167,18
Outros Ativos fixos tangíveis	10.361,86	1.589,36				11.951,22
Total	441.863,73	68.771,30	0,00	0,00	0,00	510.635,03

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Edifícios e outras construções	1.715.248,03					1.715.248,03
Equipamento básico	194.609,13	768,39				195.377,52
Equipamento de transporte	60.818,56					60.818,56
Equipamento administrativo	30.856,21	2.884,71				33.740,92
Outros Ativos fixos tangíveis	19.485,19					19.485,19
Total	2.021.017,12	3.653,10	0,00	0,00	0,00	2.024.670,22
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	321.911,89	45.006,44				366.918,33
Equipamento básico	90.786,18	10.287,10				101.073,28
Equipamento de transporte	60.818,56					60.818,56
Equipamento administrativo	25.167,18	2.497,25				27.664,43
Outros Ativos fixos tangíveis	11.951,22	1.253,58				13.204,80
Total	510.635,03	59.044,37	0,00	0,00	0,00	569.679,40

6 Ativos IntangíveisOutros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Existência

Othávio
Luz

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	799,52	867,15				1.666,67
Total	7.236,72	867,15	0,00	0,00	0,00	8.103,87
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	532,80	422,57				955,37
Total	6.970,00	422,57	0,00	0,00	0,00	7.392,57

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	1.666,67					1.666,67
Total	8.103,87	0,00	0,00	0,00	0,00	8.103,87
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	955,37					955,37
Total	7.392,57	0,00	0,00	0,00	0,00	7.392,57

7 Locações

A Entidade não detinha quaisquer ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	60.362,87	287.536,49	347.899,36	45.056,30	347.899,36	392.955,66
Total	60.362,87	287.536,49	347.899,36	45.056,30	347.899,36	392.955,66

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.935,28	85.869,64	0,00	2.997,01	75.646,15	0,00	1.734,08
Total	1.935,28	86.301,24	0,00	2.997,01	75.646,15	0,00	1.734,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				84.807,91			75.663,14

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	335.074,32	337.320,15
Quotas e joias	4.166,00	4.373,00
Total	339.240,32	341.693,15

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
ISS	145.504,22	151.187,16
IEFP	1.251,32	2.243,59
POISE	83.664,12	85.481,78
Autarquias	13.593,20	26.200,00
Total	244.012,86	265.112,53

12 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

13 Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	272.542,17	251.106,50
Encargos sobre as Remunerações	60.877,17	56.006,01
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.350,47	3.381,40
Outros Gastos com o Pessoal	1.713,20	1.196,51
Total	338.483,01	311.690,42

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Outros investimentos financeiros (FCT)	3.129,19	2.134,19
Total	3.129,19	2.134,19

Cristina
Adriano
Costa

15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Quotas	13.379,00	14.168,00
Total	13.379,00	14.168,00

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	1.051,16	2.197,89
Total	1.051,16	2.197,89

15.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	70.072,90	67.003,82
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	12.826,55	15.833,87
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	82.899,45	82.837,69

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.742,75	1.556,36
Outros	12.847,95	12.885,72
Total	14.590,70	14.442,08

15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	76,16	59,33
Depósitos à ordem	2.490,52	15.378,79
Total	2.566,68	15.438,12

Reservado
Ademir
Costa

15.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	422.437,95	0,00	0,00	422.437,95
Resultados transitados	77.085,98	28.530,17	0,00	105.616,15
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.244.028,88	0,00	-35.957,99	1.208.070,89
Total	1.743.552,81	28.530,17	-35.957,99	1.736.124,99

15.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	42.719,02	57.295,00
Total	42.719,02	57.295,00

15.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	642,93	2.942,69
Total	642,93	2.942,69
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	875,50	503,75
Segurança Social	7.334,46	9.134,40
Outros Impostos e Taxas	0,00	4.682,60
Total	8.209,96	14.320,75

15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações		22,13		0,00
Fornecedores de Investimentos		3.943,54		4.142,63
Credores por acréscimo de gastos		30.967,58		30.625,14
Outros credores		26.742,16		87,98
Total	0,00	61.675,41	0,00	34.855,75

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	230.419,66	238.912,53
Subsídios de outras entidades	13.593,20	26.200,00
Doações e heranças	6.981,60	4.670,58
Total	250.994,46	269.783,11

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	55.963,27	55.511,74
Materiais	8.966,20	8.505,22
Energia e fluidos	51.831,50	53.825,10
Deslocações, estadas e transportes	2.057,64	1.766,44
Serviços diversos	41.253,00	47.933,63
Total	160.071,61	167.542,13

15.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	3.515,32	3.896,33
Rendimentos em investimentos não financeiros	37.965,71	35.879,78
Outros rendimentos	40.150,47	44.665,77
Total	81.631,50	84.441,88

15.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	10.928,67	12.160,33
Outros Gastos	5.985,44	2.581,77
Total	16.914,11	14.742,10

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	15.386,62	17.420,26
Outros gastos e perdas de financiamento	1.685,01	1.991,28
Total	17.071,63	19.411,54
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-17.071,63	-19.411,54

15.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santo António das Areias, 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direcção

